

CARTILHA

MARIA da PENHA

OLÁ! ESTE
MATERIAL FOI
FEITO PARA
VOCÊ!

TUDO QUE VOCÊ
PRECISA SABER

AQUI VAMOS FALAR
SOBRE DIREITOS E
DIGNIDADE NA VIDA DAS
MULHERES!



PREFEITURA DO
NATAL

REALIZAÇÃO
SEMDES - NUPFEM



Central de Atendimento à Mulher



PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - RN
PREFEITO ÁLVARO DIAS

Lei nº. 461/2017 de autoria da Vereadora Júlia Arruda

SEMDES

Sheila Freitas

Secretária de Segurança Pública e Defesa Social de Natal

NUPFEM

Udymar Pessoa

Núcleo de Pesquisa e Cidadania Feminina

Assessora Técnica da Patrulha Maria da Penha de Natal

DESIGN GRÁFICO

André Souza

Ilustração e Diagramação

REALIZAÇÃO

SEMDES - NUPFEM

Dezembro/2021

-

** Este material é protegido por direitos autorais em conformidade com o que dispõe o art. 7º da Lei nº 9.610/98, sendo necessária, para sua reprodução, total ou parcial, a autorização expressa de suas criadoras(es), sob pena de incidir na respectiva responsabilização civil e criminal, exceto em case de reprodução com citação da fonte, conforme normativas vigentes da ABNT.*

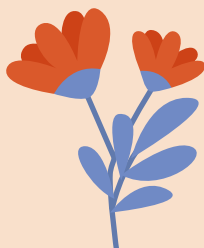
APRESENTAÇÃO

O combate à violência doméstica e familiar passa necessariamente pela conscientização dos direitos da mulher oprimida, pelo conhecimento da legislação, ciência do seu lugar social e de como acessar a rede de amparo e proteção construída pelo Poder Público para defender essas vítimas. Diante disso, temos a convicção da educação como ferramenta de construção de saberes, formação de cidadãos independentes e desconstrução da cultura do opressor, fornecendo à sociedade elementos de convivência sadia, respeito e equidade entre mulheres e homens.

A Cartilha "Maria da Penha" é mais uma das nossas armas de luta contra a cultura machista do medo e da violência. É mais um abraço de proteção que vem falar com adolescentes, jovens e adultos na missão redentora de formar mulheres conscientes de que elas podem ser o que elas quiserem ser.

Sheila Freitas

*Secretária de Segurança
Pública e Defesa Social de Natal*



Dedico essa Cartilha a todas às mulheres que nos antecederam e nos inspiraram a lutar por mais direitos e dignidade na vida das mulheres.

Nada nos foi dado, tudo foi conquistado.

- Udymar Pessoa



Afinal, POR QUE MARIA DA PENHA?

Muita gente não sabe, mas Maria da Penha existe de verdade e contribuiu fortemente para a aprovação da lei nº. 11.340/2006, que já ajudou milhares de mulheres vítimas da violência.

Após sofrer duas tentativas de assassinato pelo seu ex-marido - um tiro de espingarda que a deixou paraplégica aos 38 anos e uma tentativa de choque no chuveiro elétrico - Maria da Penha lutou em vão pela condenação do ex-marido por meio judicial, mas conseguiu sair de casa com suas três filhas.

Foi então que em 1994 resolveu escrever um livro contando sua história e apelar por apoio internacional. Somente em 2002 a ONU acatou a denúncia por ela apresentada e condenou o Brasil por negligência à violência doméstica, obrigando-o a criação de uma lei nos moldes da Constituição de 1988, para coibir esse tipo de violência, nos aspectos físico, sexual, psicológico, moral e patrimonial.

Foi assim que em 7/8/2006 a Lei Maria da Penha, nº. 11.340/2006 foi sancionada e se tornou a maior ferramenta em defesa das mulheres, que ainda são alvo de muita violência.



QUAL A IMPORTÂNCIA DE FALAR SOBRE ESSE TEMA?

A violência doméstica e familiar é a principal causa de feminicídio no Brasil e no mundo. Embora o tema esteja sempre presente nos noticiários dos jornais, informações importantes não chegam para todas as pessoas.

Por serem consideradas de “sexo frágil”, por muito tempo as mulheres ficaram submissas aos mandos e desmandos de seus maridos, pais, etc. Em razão disso, muitas mulheres ainda são agredidas e violentadas dentro das suas próprias casas e não sabem como sair dessa situação tão delicada.



São abusos físicos e mentais que ocorrem constantemente em muitos lares brasileiros, e que por muito tempo ficaram impunes. Porém, com o a Lei Maria da Penha, esse quadro está mudando e as mulheres estão indo às ruas exigir que os seus direitos sejam respeitados. Essa Lei funciona como um importante e efetivo mecanismo de proteção às mulheres, ao mesmo tempo em que confere maior rigidez e efetividade na punição dos agressores. Contudo, para que os direitos fundamentais elencados na Constituição sejam efetivamente garantidos às mulheres, é necessária uma mudança de valores da sociedade como um todo.

As mulheres desfrutam dos mesmos direitos e deveres legais que os homens, o que é expresso no capítulo I da Constituição Brasileira: **"Homens e Mulheres são iguais em direitos e obrigações"**. (Inciso I do Artigo 5)



O QUE É VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

A violência doméstica e familiar é aquela que mata, agride ou lesa física, psicológica, sexual, moral ou financeiramente a mulher no espaço de convívio permanente ou transitório com quem ela tenha relações de convivência, laços afetivos ou de sangue.

É importante ressaltar que a violência doméstica pode ser cometida por qualquer pessoa, inclusive mulher, que tenha uma relação familiar ou afetiva com a vítima,



Violência Doméstica não é apenas agressão física!

1. Violência Física

É qualquer ação que ofenda a integridade ou a saúde do corpo, como bater, chutar, ferir, empurrar.

3. Violência Sexual

É qualquer ação que force a mulher a fazer, manter ou presenciar ato sexual sem que ela queira, por meio de força ou ameaça.

5. Violência Moral

É qualquer ação que desonre a mulher diante da sociedade com mentiras ou ofensas. É também acusá-la publicamente de ter praticado crime.

2. Violência Psicológica

É qualquer ação que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima, como controlar suas ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento e humilhação.

4. Violência Patrimonial

É qualquer ação que envolva retirar o dinheiro conquistado pela mulher com seu próprio trabalho, assim como destruir qualquer patrimônio, bem pessoal ou instrumento profissional.

QUALQUER MULHER QUE SEJA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODE SER PROTEGIDA PELA LEI!

FIQUE ATENTA!

- Chantagear
- Mentir/Enganar
- Ridicularizar e ofender
- Humilhar em público
- Proibir/Controlar
- Ciúme excessivo
- Ignorar
- Culpar
- Fazer piadas ofensivas
- Ameaçar
- Assediar sexualmente

A violência está presente

REAJA!

- Destruir bens pessoais
- Xingar
- Brincar de bater
- Beliscar/Arranhar
- Empurrar
- Machucar/Agredir
- Chutar

Denuncie e peça ajuda

ALERTA!

- Confinar/Prender
- Causar lesão corporal grave
- Ameaçar com armas ou objetos
- Ameaçar de morte
- Abusar sexualmente
- Espancar
- Matar

Vida em perigo!



FATORES DE RISCO

Alguns fatores aumentam o risco de a mulher entrar em situação de Violência Doméstica. São eles:

- Histórico de Violência Doméstica na família;
- Naturalização da Violência;
- Uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas;
- Dependência financeira e emocional;
- Presença de comportamento opressivo;
- Pouca consciência de direitos.

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA

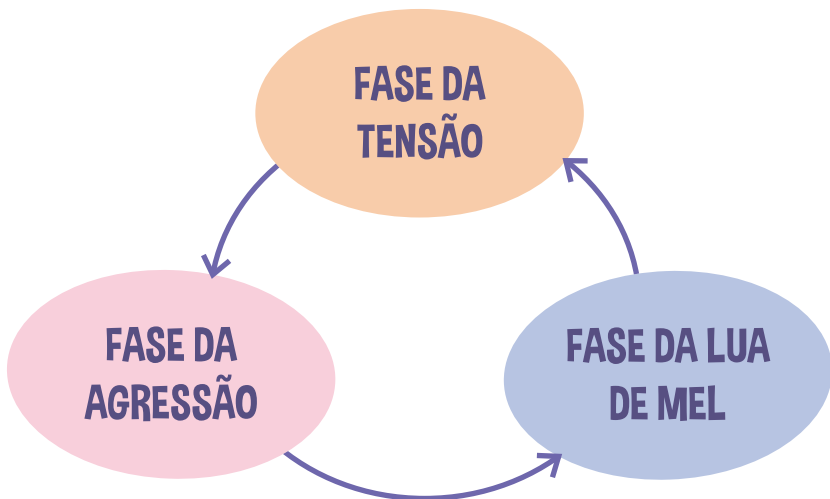
Pesquisas mostram que mulheres expostas à situações de violência têm maior probabilidade de apresentar baixa autoestima, problemas para dormir e depressão, assim como também afeta a saúde física e psicologia de crianças e adolescentes que vivem nesses ambientes, levando a agressividade e isolamento.

**Quando uma
mulher sofre, toda
a família sofre!**

CICLO DA VIOLÊNCIA

O ciclo da violência é a forma como a agressão se manifesta em algumas das relações abusivas. Esse ciclo se repete, diminuindo o tempo entre as agressões e se torna sempre mais violento.

ELE É COMPOSTO POR TRÊS FASES:



AJUDE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL A COMBATER E COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES EM NOSSO MUNICÍPIO!

A **fase da tensão** é quando começam os momentos de raiva, insultos e ameaças, deixando o relacionamento instável. Logo em seguida, começa a **fase da agressão**, na qual o agressor se descontrola e explode violentamente, liberando a tensão acumulada. Por fim, chegamos a **fase da lua de mel**, na qual o agressor pede perdão e tenta mostrar arrependimento, prometendo mudar suas ações. Ele fica carinhoso e atencioso, fazendo com que a mulher acredite que ele mudou.



COMO PROCEDER DIANTE UMA AGRESSÃO?

A mulher vítima de agressão pode se dirigir a serviços especializados e pedir uma **Medida Protetiva de Urgência**. Assim que o pedido for feito, a polícia terá 48h para encaminhar o pedido ao juiz, que também terá 48h para decidir se irá aplicar as medidas protetivas.

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

São mecanismos legais que visam proteger a integridade ou a vida de uma menina, adolescente ou mulher em situação de risco, **obrigando o agressor a ser proibido de se aproximar da mulher**, filhos, parentes e testemunhas, afastamento do lar e restrição ao porte de armas.

Também dá direitos à mulher de **acompanhamento policial para que possa recolher suas coisas em casa**, encaminhamento dela e dos filhos para abrigos garantindo a proteção deles e afastamento da casa sem que ela perca seus direitos em relação aos bens do casal.



REDE DE ATENDIMENTO A MULHER

Para enfrentar e coibir a violência doméstica o município disponibiliza uma rede de instituições e serviços governamentais gratuitos para preservar a vida e a integridade das mulheres vítimas de violência doméstica, assim como de seus filhos.

Eventuais denúncias poderão ser feitas pelo **telefone 180** - Central de Atendimento à Mulher, serviço do Governo Federal. As ligações são gratuitas de qualquer parte do território nacional, 24h por dia, inclusive finais de semana e feriados. Também é possível denunciar à Polícia Militar pelo **telefone 190**.

O CREN, Centro de Referência da Mulher, é um serviço de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Oferece atendimentos social, psicológico e jurídico à mulher vítima de violência sexual, física, moral, patrimonial, esporádica ou em repetição. Funciona de segunda à sexta (8h às 17h).
Ligue 0800 281 8000.

LIGUE
80
endimento à Mulher

LIGUE
190

MULHER (CREN)
281.8000

SAIBA ONDE ENCONTRAR AJUDA MAIS PERTO DE VOCÊ!



ZONA OESTE DE NATAL

CREAS OESTE

Av. Jerônimo Câmara, 1002
Bairro N. S. de Nazaré
(84) 3232-3061
creasoeste@yahoo.com.br

CRAS FELIPE CAMARÃO

R. Indomar, 100 - Felipe Camarão
(84) 3232-8375
crasfelipecamarao@gmail.com

CRAS GUARAPES

R. da Ribeira, 09A
Guarapes
(84) 3232-8377
crasguarapes@hotmail.com

CREN - Elizabeth Nasser

Av. Bernardo Vieira, 2280
Dix Sept Rosado
(84) 3232-4875

CRAS PLANALTO

R. Mira Mangue, 205 - Planalto
(84) 3232-4497
crasplanaltonatal@hotmail.com

DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres

Av. João Medeiros Filho, 2141 - Potengi
(84) 3232-5468
deam@rn.gov.br

CRAS N. S. DA APRESENTAÇÃO

R. Rizomar Correia dos Santos, 391
N. S. da Apresentação
(84) 3232-8202

CREAS NORTE

Av. João Medeiros Filho, 4750
Redinha
(84) 3232-4373
creasnorte2013@hotmail.com

DELEGACIA DE PLANTÃO - 190

Av. João Medeiros Filho, 2141
Potengi **(84) 3232-1547**

CRAS LAGOA AZUL

Av. Guaratinguetá, 682
Lagoa Azul - Cj. Gramoré
(84) 3232-4756
craslagooazul@hotmail.com

CRAS PAJUÇARA

R. Flor do Paraíso, 319
Lot. D. Pedro I - Pajuçara
(84) 3232-7821
pajucaracras@gmail.com



ZONA NORTE DE NATAL

CRAS SALINAS

Av. Bahia, 1966 - Potengi
(84) 3232-4878
salinascras@gmail.com

CRAS ÁFRICA

R. Conselheiro Tristão, 1002
África/Redinha
(84) 3232-9231
africapaif@yahoo.com.br

CRAS MÃE LUIZA / PASSO DA PÁTRIA

R. Floriano Peixoto, 501 - Petrópolis

(84) 3232-3130

crasmaeluzia@hotmail.com

CREAS LESTE

R. Trairi, 526 - Petrópolis

(84) 3232-7585 / 3232-2842

creasleste2@gmail.com

CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

R. Trairi, 784 - Petrópolis

(84) 3232-4588

SEDE DA SEMUL

R. Princesa Isabel, 799 - Cidade Alta

(84) 3232-1045 / 3232-2724

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN

**Coordenadoria Estadual da Mulher em
Situação de Violência DOMéstica e
Familiar - TJRN**

Av. Duque de Caxias, 151, 3º andar - Ribeira

(84) 3232-4445

**DEFENSORIA PÚBLICA DO RN
Núcleo Especializado de Defesa
da Mulher Vítima de Violência
Doméstica e Familiar - NUDEM**

Av. Sen. Salgado Filho, 2860B

(84) 3232-4445

CREAS SUL

R. Tereza Bezerra Salustino, 1906

Lagoa Nova

(84) 3232-3353

creassulnatal@hotmail.com

DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres

R. N. S. de Candelária, 3401 - Candelária

(84) 3232-2530

DELEGACIA DE PLANTÃO - 190

Av. Interventor Mário Câmara, 3532

Cidade da Esperança

(84) 3232-6305

CRAS PONTA NEGRA

R. Antônio Mor, 3390 - Ponta Negra

(84) 3232-8443

crasvilapontanegra@yahoo.com.br

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de
Violência Doméstica e Familiar - NAMVID**

R. dos Tororós, 1839 - Lagoa Nova

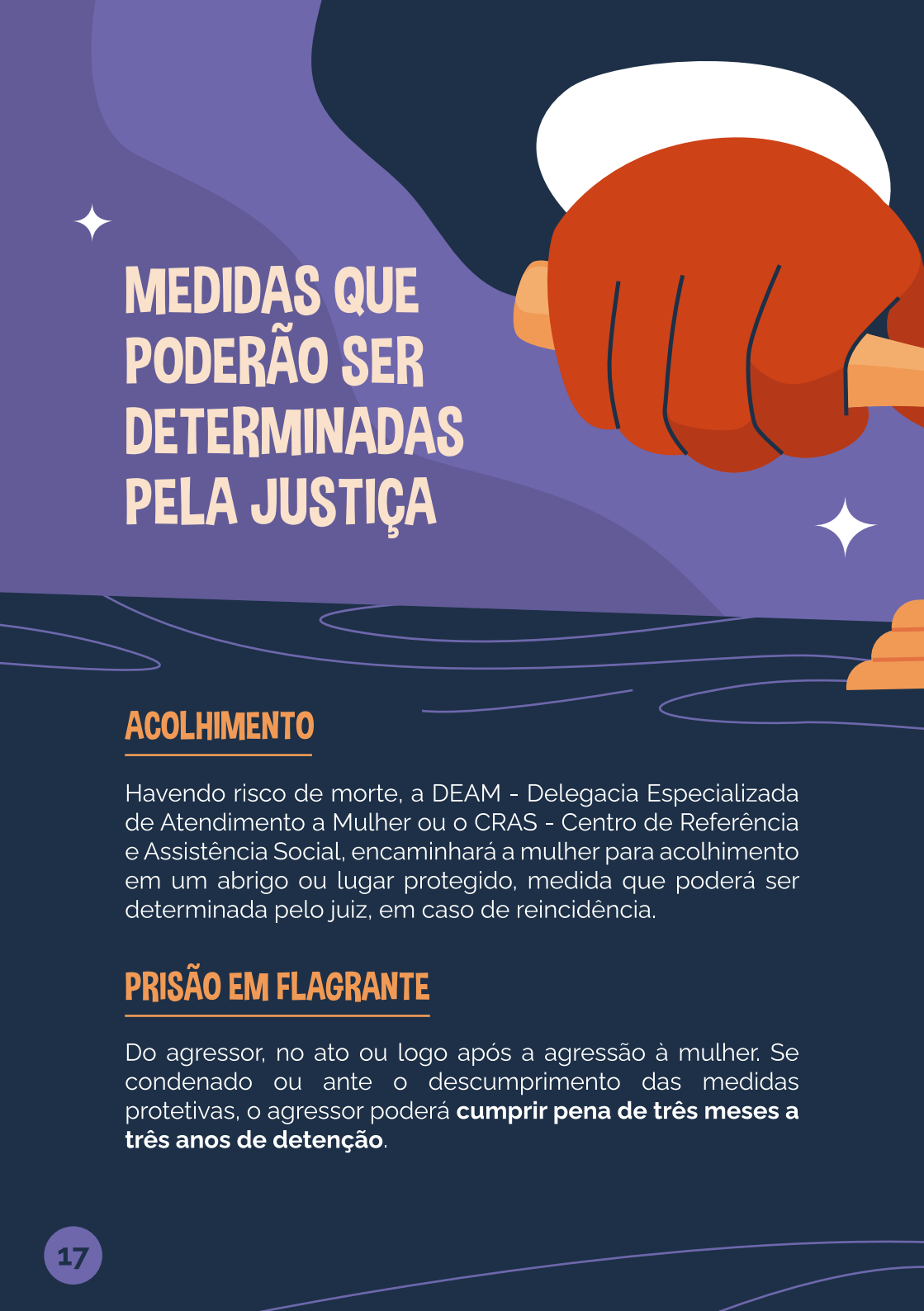
(84) 3232-5102 / 3232-1119 / 3215-5216



**ZONA LESTE
DE NATAL**



**ZONA SUL
DE NATAL**



MEDIDAS QUE PODERÃO SER DETERMINADAS PELA JUSTIÇA

ACOLHIMENTO

Havendo risco de morte, a DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher ou o CRAS - Centro de Referência e Assistência Social, encaminhará a mulher para acolhimento em um abrigo ou lugar protegido, medida que poderá ser determinada pelo juiz, em caso de reincidência.

PRISÃO EM FLAGRANTE

Do agressor, no ato ou logo após a agressão à mulher. Se condenado ou ante o descumprimento das medidas protetivas, o agressor poderá **cumprir pena de três meses a três anos de detenção.**



TRANSPORTE

Garantido pela Delegacia de Polícia, à mulher e seus dependentes, para deslocamento a um abrigo ou local seguro, com auxílio, se isso se mostrar necessário, na retirada de seus pertences do domicílio familiar.

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

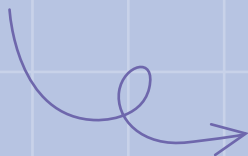
- Afastamento do agressor do lar;
- Suspensão de posse ou restrição de posse de arma;
- Comunicação sobre a saída do agressor da prisão;
- Fixação de determinadas condutas, a exemplo da proibição de aproximação da mulher e de seus familiares, com limite mínimo de distância; da proibição de contato com a mulher e seus familiares, por qualquer meio de comunicação; da proibição do agressor de frequentar determinados lugares; da suspensão de visitas do agressor aos dependentes; da prestação de alimentos provisórios; e da prisão preventiva.

VOCÊ SABIA?



“ A mulher que sofreu violência, mesmo que saia de casa, **não perde** a guarda dos filhos, tem direito assegurado à pensão alimentícia e não perde seus bens. ”

A lei alcança relações homoafetivas entre mulheres e transexuais.



Há possibilidade de condenação por agressão por meios eletrônicos, **como rede sociais e e-mails.**



Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking global de homicídios de mulheres.

No Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas; **a cada quatro horas, uma mulher é assassinada**; uma em cada três mulheres já sofreu violência; e seis em cada dez pessoas, conhecem uma mulher que já foi vítima de agressão.

Estima-se que algo em torno de **52% das mulheres vítimas de violência**, por medo do agressor, vergonha, dependência financeira ou afetiva, sentimento de impunidade, preocupação com os filhos ou desconhecimento da lei, **deixam de exercer o direito de denúncia.**



A lei alcança também o **assédio no trabalho**,

quando a mulher é exposta a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.



Hospitais públicos são obrigados a atenderem mulheres vítimas de violência sexual,

garantindo-lhes o acesso à pílula do dia seguinte, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e aborto legal decorrente de estupro ou gravidez de risco.



Em briga de marido e mulher qualquer um deve meter a colher!





LEI MARIA DA PENHA

Conheça
a Lei!



Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II- no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II
DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13,772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à eqüidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

III - encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

§ 4º Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.

(Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 5º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor. (Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 6º O ressarcimento de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada. (Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 7º A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

§ 8º Serão sigilosos os dados da ofendida e de seus dependentes matriculados ou transferidos conforme o disposto no § 7º deste artigo, e o acesso às informações será reservado ao juiz, ao Ministério Público e aos órgãos competentes do poder público. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

CAPÍTULO III
DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada. (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento: (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida; (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial; (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito. (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável. (Redação dada pela Lei nº 13.894, de 2019)

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VI- A - verificar se o agressor possui registro de porte ou posse de arma de fogo e, na hipótese de existência, juntar aos autos essa informação, bem como notificar a ocorrência à instituição responsável pela concessão do registro ou da emissão do porte, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

IV - informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.836, de 2019)

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

Art. 12-A. Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Femicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.

Art. 12-B. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

§ 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes. (Incluído pela Lei nº 13,505, de 2017)

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Redação dada pela Lei nº 14,188, de 2021)

I - pela autoridade judicial: (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (Incluído pela Lei nº 13,827, de 2019)

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (Incluído pela Lei nº 13,894, de 2019)

§ 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 2º Iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I - do seu domicílio ou de sua residência;
- II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente; (Redação dada pela Lei nº 13.894, de 2019)
- III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- IV - determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor. (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder

novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI - comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

VII - acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §

§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

Seção IV

(Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Do Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

CAPÍTULO III DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 38-A. O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 313.

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência." (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61.

II -

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... " (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 129.

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência." (NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação." (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dilma Rousseff

CONTE COM
A PATRULHA MARIA DA PENHA!



**NADA DISSO É
CULPA SUA!**



DENUNCIE!
DEIXE QUE O
AGRESSOR RESPONDA
POR SEUS ATOS